



**BIBLIOTECAS
MUNICIPAIS
DE LISBOA**

A FLECHA – Panfleto político de publicação quinzenal apareceu em Lisboa entre 28 de Fevereiro e 1 de Abril de 1926, desaparecendo, portanto, um pouco antes do golpe militar de 28 de Maio de 1926. No total, saíram apenas (julgamos nós) 3 números, integralmente redigidos por **Evaristo de Carvalho (1865-1938)**. Aqui temos já uma particularidade, uma vez que saíram em série, numerados consecutivamente.

Cada caderno, num formato pequeno (próximo do atual livro de bolso), inclui 8 folhas (16 páginas), *estrutura* que foi mantida até ao fim da publicação. Na lógica do panfleto, **cada caderno ou número trata de um assunto, neste caso de natureza política**, como iremos ver. Evaristo de Carvalho, conhecedor deste tipo de publicações, **usava o panfleto como um meio para divulgar as suas ideias políticas e, devido ao seu baixo custo, atingir o maior número possível de pessoas num tempo curto.**

A administração e as “oficinas” d’*A Flecha* ficavam na Travessa das Mercês, 31, no **Bairro Alto**, nesta altura uma espécie de “capital” da imprensa lisboeta, pois era aqui que residiam a maior parte dos jornais mais relevantes. O panfleto era “composto e impresso” na Tipografia Formosa, situada na Rua de *O Século*, muito próxima da redação. Era vendido pelas ruas de Lisboa por 50 centavos, com as assinaturas a subirem para 3\$00, 6\$00 e 13\$00, por três meses (6 números), seis (12) e um ano (26), respetivamente, com pagamento adiantado.

Trata-se de uma publicação muito rara, pouco conhecida dos bibliotecários, investigadores e historiadores. Na Biblioteca Nacional de Portugal, quer no catálogo da BNP, quer no catálogo coletivo das bibliotecas portuguesas (que além da BNP, inclui mais 180 instituições cooperantes), quer ainda na Biblioteca Nacional Digital, não encontramos nenhuma referência bibliográfica a este panfleto político. **A sua digitalização e disponibilização em linha na Hemeroteca Digital assumem assim uma importância acrescida.** *A Flecha* irá agora *repousar* nos reservados da coleção da Hemeroteca Municipal de Lisboa.

Mas voltemos à publicação propriamente dita, esboçando desde logo o contexto histórico em que surgiu, analisando seguidamente os propósitos políticos dest’*A Flecha*. Antes disso, impõem-se algumas palavras sobre o homem que era simultaneamente o diretor, editor e proprietário deste panfleto político, Evaristo de Carvalho.

EVARISTO DE CARVALHO, BREVE SINOPSE BIOGRÁFICA

De nome completo **Evaristo Luís das Neves Ferreira de Carvalho**, nasceu em Soure, a 10 de Janeiro de 1865, e veio a falecer em Lisboa, a 26 de Dezembro de 1938. Formou-se em Direito na Universidade de Coimbra e,

“quando ainda estudante, colaborou, com brilho notável, nos jornais *A Resistência*, *Defensor do Povo* e *Portugal*, de Coimbra, e *Povo*, da Figueira da Foz.”¹ Após o curso, foi notário interino no Lourical (comarca de Pombal) e advogado, mas o *bichinho* do jornalismo permaneceu: na sua terra natal foi proprietário e diretor dos jornais *Correio do Soure* e *Voz do Soure*, e o último jornal que dirigiu foi, em 1934, o *Diário Liberal*, publicado em Lisboa.

Em Soure foi ainda oficial do registo civil e chegou mesmo a desempenhar o cargo de presidente da câmara municipal local. Aderiu ao Republicanismo na sequência do *Ultimatum*, “passando a participar activamente nas iniciativas do Partido Republicano Português; foi eleito deputado às Constituintes, pelo círculo da Figueira da Foz, e ainda nas legislaturas de 1915 e 1919, por Coimbra. Foi ainda eleito senador em 1911.”² Em suma, **uma vida política em grande parte dedicada à causa do Republicanismo e da República.**

CONTEXTO HISTÓRICO

A *Flecha* começou a publicar-se a 28 de Fevereiro de 1926, **numa altura em que a gestão do processo político pelos partidos republicanos atravessava uma crise profunda.** Com efeito, este processo encontrava-se agora bastante espartilhado, entre a agitação operária de base anarco-sindicalista, que contava com uma conjuntura externa propícia, e a reorganização crescente das forças conservadoras, encabeçadas pelas elites católicas e por monárquicos tradicionalistas. Consequentemente, **os índices de instabilidade política atingiram o grau mais elevado de sempre.**

No ano anterior, em 1925, tivemos 3 governos: a 15 de Fevereiro tomou posse o de Vitorino Guimarães, do Partido Democrático, sucedendo, ainda, mais dois ministérios, o de António Maria da Silva, entre 1 de Julho e 1 de Agosto, e o de Domingos Leite Pereira, de 1 de Agosto a 17 de Dezembro. Teixeira Gomes resignou ao cargo da Presidência da República, quando faltavam dois anos para terminar o mandato, sendo substituído por Bernardino Machado. O ano ficou ainda marcado por várias tentativas de golpe militar: a 5 de Março, a 18 de Abril, e a 19 de Julho, todas sufocadas pelos governos republicanos. Nelas tomaram parte, entre outros sectores, monárquicos e nacionalistas – **era o reflexo da simpatia crescente, no exército, e mesmo na opinião pública, por soluções autoritárias e pelos regimes de tipo mussoliniano (em Itália) e riverista (na vizinha Espanha).** Na revolta de 18 de Abril foi mesmo declarado o estado de sítio em todo o país, com suspensão de todas as garantias constitucionais, e imposição da censura à imprensa.

As **greves** continuaram, como a tentativa de uma greve geral a 3 de Junho, em protesto pelas deportações, sem julgamento, de presos por delitos sociais que dias antes tinham embarcado com destino à Guiné. A 18 de Dezembro tomou posse o último governo da I República, que duraria com alguma turbulência política até ao 28 de Maio de 1926. Foi dirigido novamente por António Maria

¹ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Vol. 6. Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, Lda., s. d., p. 73.

² Oliveira Marques, A. H. (Coord.) – *Parlamentares e Ministros da 1.ª República (1910-1926)*. Lisboa: Assembleia da República – Edições Afrontamento, 2000, p. 151.

da Silva, **que desta vez não conseguiu impedir a germinação, o desenvolvimento e o desenlace do movimento militar contra a situação política vigente, que culminaria no fim de 16 anos de regime republicano.** Foi este o pano de fundo do aparecimento do *nosso* panfleto político que, como iremos ver, está umbilicalmente ligado à evolução política da I República nos seus últimos anos de existência.

PROGRAMA EDITORIAL OU POLÍTICO

Sem surpresa, não temos um editorial ou programa a anunciar os propósitos ou objetivos políticos d'*A Flecha*. Nem é muito frequente o registo de um programa em panfletos políticos, ao contrário dos jornais ou das revistas eminentemente políticos, de opinião ou de doutrinação política, *tout court*. Como já referimos, normalmente, **cada folheto é antes dedicado a um determinado assunto**, que pode estar depois ligado ao tema seguinte, podendo mesmo a soma das partes formar um todo coerente, como é o caso.

Com efeito, em cada número da nossa coleção, temos 3 artigos, com os títulos: “Esta Gente, Não!...” (N.º 1, de 28 de Fevereiro de 1926); “Vida Nova!...” (N.º 2, 15 de Março de 1926); e “Governo Nacional” (N.º 3, 1 de Abril de 1926). No essencial, **o que temos nas páginas d'*A Flecha* é uma violenta crítica à situação da República nos anos 20, à sua evolução política, embora Evaristo de Carvalho se esforce por apresentar soluções para os problemas do regime republicano**, como iremos ver.

Em “Esta Gente, Não!...” Evaristo de Carvalho avança com uma curiosa tese para explicar a decadência moral da I República: segundo ele, **o problema residia na “monarquização da República e da inferioridade pavorosa da sua política”**³. Mas o que queria dizer Evaristo de Carvalho com a “monarquização da República”? Para o diretor d'*A Flecha*, a República, a sua administração, teria sido assaltada pelos “velhos caciques da Monarquia”, gente que ele considerava “inferior, indecorosa e ignóbil”, “uma densa multidão espúria”, formada por “traficantes e jogadores que saíram das tendas e das tavolagens do arraial e subiram, em correria, até ao alto”.

E o mais grave é que esta “gente desconhecida”, “somente guindada, agora, a melhores, mais altas, mais rendosas e mais estratégicas posições”, tinha sido investida pelos próprios republicanos “nos altos postos do nosso Comando”, o que para Evaristo de Carvalho se devia à “crassa estupidez” ou à “cumplicidade criminosa de certos pavões da política”. A par deste erro, o nosso prosador reconhecia outro “grande erro, de início”: **“a fundação prematura dos nossos partidos políticos”, que teria contribuído para a desunião da família republicana.** E explicava: “em vez de nos termos conservado unidos, separámo-nos e guerreámo-nos! Lançámo-nos, uns contra os outros, em ásperas, violentas, furiosas lutas. E para as sustentar, tivemos de acolher, no nosso campo, festivamente, todos os que nos apareciam, a

³ *A Flecha*. Lisboa, N.º 1 (28 Fev. 1926), p. 10. Hoje, um reputado historiador, Rui Ramos, disserta sobre a “republicanização da Monarquia” para explicar a sua crise e fim em 5 de Outubro de 1910, Cf., do autor, *A Segunda Fundação, 1890-1926*, 6.º vol. da *História de Portugal* (dir. de MATTOSO, José), Lisboa, Editorial Estampa, 1994.

oferecer serviços. A todos esses abrimos cordialmente os braços, sem curar da sua procedência e sem lhes exigir certificado de registo criminal! Fizemos, assim, um péssimo, um infelicíssimo recrutamento. Todos os velhos caciques da Monarquia, por essa Província fora, os incorporámos nas nossas fileiras”⁴. **Estava, portanto, explicada a adesivagem monárquica à I República.**

Daqui, teria resultado como “primeira consequência (...) e, talvez a mais grave de todas”, uma “ausência de espírito republicano, que começou a notar-se dentro do Parlamento”, e que agora, em 1925, era bastante pior, pois o “Parlamento vem, de legislatura para legislatura, continua e sucessivamente, a descer”, estando mesmo “já na escala das pavorosas inferioridades”. Apesar de tudo, Evaristo de Carvalho não desiste, e acredita numa saída, pois “todo o problema, afinal, tem uma solução”. E qual era a solução? A resposta clássica, traduzida na necessidade imperiosa de “destróçar, de varrer, de limpar o sujo arraial que é, nesta hora, toda a nossa política?!”.

No segundo panfleto, publicado a 16 de Março de 1926, no artigo “Vida Nova!...”, **Evaristo de Carvalho vai ocupar-se sobretudo do diagnóstico da administração da República**, com algumas comparações, que acentuavam o declínio do republicanismo nesta altura. Desde logo, com uma referência ao papel de Afonso Costa no equilíbrio do Orçamento Geral do Estado conseguido em 1913, ou com a comparação com o *glorioso* período das “horas da Propaganda”, quando a “República tinha o prestígio do talento”.

Na linha do registado no panfleto anterior, **reitera a impotência da República “para resolver os grandes problemas de origem nacional”**, impotência que para o diretor d’A *Flecha* advinham da “péssima orientação que se tem imprimido à sua política. Política, à volta de homens! Política, à volta de vaidades assopradas! Política, à volta de predomínios eleitorais!”⁵ Acrescentando, para que não houvessem dúvidas: “A República não anda e, se anda, cambaleia... Porquê? Porque se fez regedorial e eleiçoeira.” Logo, **a República precisava de um rumo novo, nas palavras de Evaristo de Carvalho, “precisava de adquirir, novamente, o seu poder de eficiência.** Continuar a sua obra, seguir o seu caminho”, depositando inclusivamente uma grande esperança na nova presidência da República de Bernardino Machado que, como já referimos, tinha sido iniciada a 11 de Dezembro do ano anterior. Evaristo de Carvalho considerava mesmo que com a “eleição” de Machado tinha sido reatado “um laço desatado”⁶.

Para que o processo de regeneração ficasse completo, para que a República encontrasse de novo o “caminho perdido”, ao lado do “poder de eficiência”, tornava-se “absolutamente necessário refundir a nossa mentalidade política, acabando, de vez, com o cacique, o regedor, o galopim e, conseqüentemente, com o regime de campanário e de incompetência em que vivemos. Nada de política pessoal! Nada de política, em volta de Governos Civis! Nada de bandos, em volta de cristas vermelhas dos galos! Nada disso! Pelo contrário – Vida Nova!...”.

⁴ A *Flecha*. Lisboa, N.º 1 (28 Fev. 1926), p. 9.

⁵ A *Flecha*. Lisboa, N.º 2 (16 Mar. 1926), p. 9.

⁶ *Ibidem*, p. 16.

No último panfleto, de 1 de Abril de 1926, **Evaristo de Carvalho vai ocupar-se sobretudo da solução para a agonia da República**. Mas antes de brindar os leitores com a dita, disserta primeiro sobre a falta de “um grande pensamento nacional. Não temos uma clara noção da nossa finalidade histórica. Andamos, às cegas...”. Por outras palavras, **Portugal não tinha, segundo o diretor d’A Flecha, uma estratégia para o seu desenvolvimento**. E provava-o, comparando desde logo a realidade portuguesa com os “países civilizados”, onde “há, sempre, um grande pensamento próprio, que age com estímulo e coordenação das actividades nacionais – é o seu pensamento político”; mas também com o diagnóstico nacional, bastante corrosivo: “Nós fazemos excepção. O nosso Terreiro do Paço, de soberba e majestosa perspectiva arquitectónica, de inigualável doçura e transparência de horizonte, às tardes, sobre os Tejo e os montes longínquos da Outra Banda, é, por dentro, de uma sonolência e uma preguiça, verdadeiramente, oriental. Raramente, abre os olhos. Mas, se os abre é para fixar, apenas, a monumental estátua equestre de D. José. E isto, mesmo, será, talvez, pelo simples motivo de uma apaixonada e fraterna simpatia pelo cavalo, tão bem lançado, nas suas finas, esbeltas e vigorosas linhas de bronze...”⁷.

Importava, **portanto, adotar com rapidez nova política, que servisse ao país e à República**. Como escrevia Evaristo de Carvalho, mais adiante, “Só os cegos não veem que tudo isto tem de levar uma volta!”, pois era impossível governar eficazmente “dentro do emaranhado e complicado xadrez político actual”. Ora, **para o articulista a solução estava “num governo Nacional, presidido por uma alta figura da República”**, daí o apelo, quase desesperado: “Pois são horas de erguer, novamente, o sonho. Juntem-se, novamente os velhos republicanos e todos os que, sincera e devotamente, amam a República, que o sonho caminhará, a passos firmes e agigantados, para uma clara e esplêndida realidade”. E terminava mesmo este último número d’A *Flecha* convicto da sua proposta para a refundação do regime: “O que o país impõe – é a sua reorganização. O que a República nos pede – é, de novo, o seu prestígio. E tanto aquela como este, só se conseguirão, no momento, **com a formação de um Governo Nacional**”⁸.

Como sabemos, já não houve tempo para isso. A 28 de Maio desenvolveu-se, a partir de Braga, sob a liderança emblemática do general Gomes da Costa (herói da I Guerra Mundial), o golpe militar fundador da Ditadura Militar, regime de tipo autoritário que substituiu a I República demoliberal e através do qual se estruturará o Estado Novo. Golpe que, estamos em crer, inviabilizou também a continuidade do nosso panfleto, que não voltou a atirar mais flechas ao *status quo* político.

Por Álvaro Costa de Matos.

Lisboa, HML, 28 de Novembro de 2013.

⁷ A *Flecha*. Lisboa, N.º 2 (1 Abr. 1926), p. 7.

⁸ *Ibidem*, p. 14.

BIBLIOGRAFIA

FARIA, Maria Isabel, e PERICÃO, Maria da Graça – ***Dicionário do Livro. Da escrita ao livro electrónico.*** Coimbra: Almedina, 2008.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Vol. 6. Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, Lda., s. d.

OLIVEIRA MARQUES, A. H. (Coord.) – ***Parlamentares e Ministros da 1.ª República (1910-1926).*** Lisboa: Assembleia da República – Edições Afrontamento, 2000.

RAMOS, Rui - ***A Segunda Fundação, 1890-1926,*** 6.º vol. da *História de Portugal* (dir. de MATTOSO, José), Lisboa, Editorial Estampa, 1994.

RODRIGUES, António Simões (Coord.) – ***História de Portugal em Datas.*** Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.